

A NOVA LEI AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS

HERALDO GARCIA VITTA

*Juiz Federal. Professor das Faculdades
Curitiba e Mestrando na PUC – SP.*

A recente Lei nº 9.605/98 trouxe profundas modificações e exigências às empresas em geral, obrigando-as a observarem a preservação do meio ambiente, na atividade econômica. Sem sombra de dúvidas, as regras trazidas pela novel legislação vêm ao encontro dos anseios populares, fundamentadas na Constituição Federal, sobretudo no *art. 225, caput*, cuja redação é: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

No entanto, analisando-a detidamente, em que pesem os esforços acima referidos, fruto de árduo trabalho de ilustres defensores da ordem jurídica, somos forçados a nos preocupar, e escrevemos estas breves linhas acerca do disposto no *art. 3º* da lei. Este artigo não pretende esgotar o tema; visamos apenas analisar o dispositivo da lei com a finalidade de advertirmos os precursores do Direito da necessidade de modificá-lo, ou, ao menos, de aperfeiçoá-lo.

Dispõe o *art. 3º* da Lei nº 9.605/98: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.”

Os requisitos, em face da norma, para a responsabilização das pessoas jurídicas são: a) a decisão deve partir de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; b) e tal decisão seja feita no interesse ou benefício delas.

Ora, os requisitos acima simplesmente dificultarão ou impossibilitarão a responsabilização das pessoas jurídicas por danos ambientais, à medida de se colocarem como entraves pela norma. Imaginemos como o Ministério Público poderá provar tais requisitos numa ação de natureza civil contra determinada pessoa jurídica, a qual tenha causado danos ao meio ambiente.... E a nossa Polícia, sobretudo nos rincões do país, desaparelhada e com servidores recebendo vencimentos aviltantes.... Aliás, parece-nos esquecido a existência no país de sociedades de fato, e da teoria da aparência, segundo a qual um funcionário poderá agir como se fosse o representante legal da empresa, quando, de acordo com os estatutos, não o é.

Mas deixemos, ao menos por ora, o lado prático. Os requisitos legais para a responsabilidade da pessoa jurídica não se afeiçoam aos ditames constitucionais. Vamos nos valer, apenas a título de ilustração, das principais normas contidas na Constituição Federal: a) o *caput*, do *art. 225*, já referido, no qual o meio ambiente é considerado bem de uso comum do povo e essencial à sua sadia qualidade de vida, cabendo a todos o dever de defendê-lo e preservá-lo; b) e o § 3º, do mesmo *art. 225*, segundo o qual *“as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”*

Tais dispositivos indicam a preocupação do órgão elaborador da Constituição com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, estreitamente relacionado com o “direito à vida” (art. 5º, *caput*), cláusula pétrea constitucional (art. 60, § 4º). Não é só. Mesmo antes da Constituição Federal de 1988, ao menos no que se refere à responsabilização civil (de pessoas físicas ou jurídicas) a doutrina, de forma unânime, sempre entendeu cuidar-se de “responsabilidade objetiva”, ou seja, não se discute a culpa ou dolo do autor, em vista da qual basta a demonstração da autoria, do dano ambiental e do respectivo nexo causal. Há, por conta do exposto, inversão do ônus da prova, na qual o causador do dano deverá provar, em juízo, ter sido sua conduta correta, por ser irresponsável pelos danos que lhe são imputados.

A norma descrita no *caput* do art. 3º da lei referida vem de encontro aos ditames constitucionais, ante exigência descabida e diametralmente oposta aos valores protegidos pelas normas constitucionais. Não se pode exigir requisitos de índole subjetiva às pessoas jurídicas, se a Lei Maior esculpiu a responsabilização de todos quantos causem danos ao ambiente na forma objetiva. Parece-nos, mesmo, haver infringência ao princípio da igualdade, tendo em vista que o valor a ser protegido na Constituição Federal, sobretudo o do art. 225, *caput*, não faz distinções de pressupostos quando cuidar-se de pessoa jurídica ou física: neste aspecto, o legislador ordinário não poderia distinguir pessoa jurídica e pessoa física, pois estaria ferindo a norma constitucional, a qual impõe a não-distinção.

O que nos chama mais a atenção é o seguinte ponto: a Lei nº 9.605/98 cuida de sanções penais e administrativas em virtude de condutas lesivas ao ambiente; ao menos dessa maneira ela foi qualificada. No entanto, o art. 3º da mesma lei inseriu pressupostos em relação às pessoas jurídicas, mas os incluiu igualmente à responsabilização penal, administrativa e civil.

De duas uma. Ou quis estabelecer requisitos ou pressupostos gerais às pessoas jurídicas, para quaisquer tipos de responsabilidades, penal, administrativa e civil, no caso de danos ambientais, hipótese na qual tais exigências sempre deverão ser observadas, em quaisquer ações propostas; ou, apenas no que se

refere à Lei nº 9.605/98 (cuida, na verdade, de sanções penais e administrativas por danos ambientais), pretendeu estender os mesmos pressupostos à responsabilização civil, na hipótese de a empresa ter sido responsabilizada, no caso concreto, penal ou administrativamente. Mas esta questão deverá ser analisada pela jurisprudência, sobretudo em face do disposto no art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81, o qual dispõe, textualmente: *“Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.”*

Estamos preocupados com a norma do art. 3º. Muitos podem entender ter havido revogação tácita do citado art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81 e então passaremos a ter, na prática, a irresponsabilidade das pessoas jurídicas na órbita civil. Isto é preocupante, porque a reparação de dano ambiental, ou sua restauração, realizada por pessoa jurídica, tem se revelado mais salutar na proteção do ambiente; ao contrário da pessoa física, muitas vezes sem condições materiais de efetivá-la. E, sobretudo nos Estados com grandes florestas, são as empresas, de regra, as causadoras de graves danos ao ambiente, como as madeireiras vindas de outros países e que aqui se instalam, de acordo com notícias veiculadas nos jornais.

Parece-nos mais lógico se os pressupostos mencionados no art. 3º da lei fossem apenas dirigidos para a responsabilização penal dos *dirigentes* (pessoas físicas) das pessoas jurídicas; não há como entender esta extensão para as órbitas civil, administrativa e penal das próprias pessoas jurídicas, notadamente quando sabemos que a Lei nº 9.605/98 não incluiu, como sanção penal, a prisão dos dirigentes das pessoas jurídicas. Então, os requisitos indicados na norma são sabidamente excessivos, irrazoáveis, desproporcionais, em face dos valores protegidos pela Carta Magna.

Além disso, têm havido discussões ante as dificuldades das empresas de se adaptarem aos novos comandos normativos, às novas exigências trazidas no bojo da Lei nº 9.605/98, no tocante à

proteção ambiental; tanto que medidas provisórias vêm sendo editadas a respeito, elasticendo o prazo no qual deverão cumpri-los. Pergunto-me, então, qual seria o motivo de idêntica preocupação não haver no sentido de inserir-se o dispositivo ora combatido (art. 3º da mesma lei) segundo a concepção natural da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas, sem pressupostos exacerbados e destoantes dos ditames de tal tipo de responsabilização.

De todo modo, muitos estudos advirão e, segundo pensamos, se não houver modificação ou aperfeiçoamento (e acreditamos que, infelizmente, isto não venha ocorrer) do art. 3º da lei, caberá sobretudo à doutrina interpretá-lo, confrontando-o diante do Texto Constitucional, das próprias normas da Lei nº 9.605/98, com seus reflexos de natureza civil, e da Lei nº 6.938/81. Está aí uma tarefa difícil de fazer, mas não impossível. A vingar a primeira interpretação acima referida, poderíamos mudar o título deste singelo artigo para “A nova lei ambiental e a irresponsabilidade das pessoas jurídicas em face dela.”